

Agora, o ajuste fiscal é para valer

O ajuste fiscal, ontem definido pelo governo, é mais duro do que esperávamos, principalmente por conter um aumento de impostos para todos, como é a elevação da alíquota da CPMF para 0,38%. Foi também elevada a Cofins de 2% para 3%, com incidência ampliada, de modo a incluir também os bancos. O programa acarreta, pois, aumento da cota de sacrifícios para a iniciativa privada, já penalizada por uma pesada carga tributária e uma altíssima taxa de juros.

Entendemos, porém, que o governo merece um crédito de confiança e deve ter o apoio do Congresso para que as medidas que dependam de sua aprovação tenham rápida tramitação, de modo a poder entrar em vigor, impreterivelmente, em 1º de janeiro de 1999.

Se o governo julgou indispensável elevar impostos, no esforço para alinhar as suas contas para permitir que o setor público venha a apresentar um superávit de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano, quando o programa de ajuste fiscal sofrerá o seu mais severo teste, ninguém pode negar que ele se comprometeu também com um corte no setor público de proporções inéditas.

Além da redução de R\$ 8,7 bilhões no orçamento da União para o próximo exercício e de um recolhimento de R\$ 2,7 bilhões nos gastos das estatais entre 1999 e 2001, as autoridades tiveram a coragem de começar a atacar um dos mais intratáveis problemas das finanças públicas, que é o enorme déficit provocado pelas aposentadorias dos

servidores públicos. Para reduzir esse ônus, foi definida uma contribuição de 11% para todos os funcionários em atividade ou inativos, além de uma contribuição adicional de 9%, por cinco anos, para aqueles que percebem salários superiores a R\$ 1.200. Espera-se que, nesse espaço de tempo, seja encontrada uma fórmula, como a criação de um fundo de pensão específico para os servidores do Estado, que obvie despesas tão pesadas.

Espera-se que, à medida que o ajuste avance, o governo acelere o processo de queda dos juros

Viu-se o governo também obrigado a prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 2006, sendo o percentual elevado de 20% para 40%. É natural que parlamentares protestem contra essa medida, que terá impacto sobre os gastos na área social, que devem ser preservados na medida extrema das possibilidades. Mas deve-se reconhecer que sem o FEF, que deixa o governo menos preso à vinculação de verbas, os cortes não seriam viáveis.

Com o apoio que lhe deve dar o Congresso, onde tem ampla maioria nas duas Casas, o governo pode fazer aprovar e colocar em prática o ajuste a partir de 1999, com o reforço da nova Lei das Finanças Públicas, que introduz o mecanismo de corte de liberação de verbas sempre que elas ultrapassarem os limites previstos. E o ajuste abre caminho para

que o governo apresente ainda nesta legislatura um projeto de reforma tributária efetiva para ser apreciado pelo Congresso.

O que está faltando, a nosso ver, é uma ação efetiva das autoridades para baixar os juros. Bem sabemos que a definição e a aprovação das medidas fiscais são a preliminar para que possa começar a ser revertida a política de juros altos, que, como disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, representa um flagelo para o País.

Não há dúvida de que os empresários compreendem e apóiam o ajuste, embora muitos deles receiem que as autoridades monetárias ainda estejam sob o fascínio do mercado financeiro externo. Para os empresários, perdeu inteiramente a credibilidade o argumento de que o País precisa oferecer juros altos para carrear recursos do exterior. O dinheiro especulativo bateu asas e ninguém de boa fé pode confiar em sua volta. O que vale, isto sim, é o potencial de crescimento do Brasil.

As autoridades acenam com a perspectiva de que a taxa básica de juros em 1999 pode ficar em torno de 22%, em média. É um avanço em relação a este ano quando a taxa média, em função das turbulências internacionais, foi de 30%. Mesmo assim, 22% é uma taxa elevada para um país em que a inflação está próxima de zero. Esperamos que, à medida que o ajuste avance, o governo baixe os juros em um ritmo bem mais acelerado, para dar estímulo a todos aqueles que, na cidade ou no campo, trabalham para aumentar a riqueza do País. ■